

2023/2024

PROGRAMAS ELEITORIAIS 2024

34904 – INÊS CAMPOS RODRIGUES
34608 – SOFIA CORREIA RAMOS

Índice

Introdução	1
Partido Socialista (PS)	1
Habitação	2
Imigração	2
Trabalho	2
Justiça	3
Política Externa	3
Cultura	3
Ambiente	4
Seg. Social	4
Saúde	4
Educação	5
Jovens	5
Finanças	5
Economia	6
Impostos	6
Aliança Democrática (AD)	6
Habitação	7
Imigração	7
Trabalho	7
Justiça	8
Política Externa	8
Cultura	8
Ambiente	8
Seg. Social	9
Saúde	9
Educação	9
Jovens	10
Finanças	10
Economia	10
Impostos	11
Chega (CH)	11
Habitação	11
Imigração	12
Trabalho	12
Justiça	12
Política Externa	13
Cultura	13
Ambiente	14
Seg. Social	14
Saúde	14
Educação	15
Jovens	15
Finanças	15
Economia	16
Impostos	16
Iniciativa Liberal (IL)	17
Habitação	17
Imigração	17
Trabalho	17

Justiça.....	18
Política Externa	18
Cultura.....	18
Ambiente	18
Seg. Social	19
Saúde	19
Educação	19
Jovens.....	19
Finanças	20
Economia	20
Impostos	20
Bloco de Esquerda (BE)	20
Habitação	21
Imigração	21
Trabalho	21
Justiça.....	22
Política Externa	22
Cultura.....	22
Ambiente	23
Seg. Social	23
Saúde	23
Educação	24
Jovens.....	24
Finanças	24
Economia	25
Impostos	25
Coligação Democrática Unitária (CDU)	25
Habitação	26
Imigração	26
Trabalho	26
Justiça.....	26
Política Externa	27
Cultura.....	27
Ambiente	28
Seg. Social	28
Saúde	28
Educação	29
Jovens.....	29
Finanças	29
Economia	30
Impostos	30
Pessoas–Animais–Natureza (PAN)	30
Habitação	31
Imigração	31
Trabalho	31
Justiça.....	32
Política Externa	32
Cultura.....	32
Ambiente	33
Seg. Social	33
Saúde	34

Educação	34
Jovens.....	34
Finanças	35
Economia	35
Impostos	36
Livre (L)	36
Habituação	36
Imigração	37
Trabalho	37
Justiça.....	37
Política Externa	38
Cultura.....	38
Ambiente	38
Seg. Social	39
Saúde	39
Educação	39
Jovens.....	39
Finanças	40
Economia	40
Impostos	40
Webgrafia	41

Índice de Figuras

Figura 1 - Pedro Nuno Santos	1
Figura 2 - Luís Montenegro	7
Figura 3 - André Ventura	11
Figura 4 - Rui Rocha	17
Figura 5 - Mariana Mortágua	21
Figura 6 - Paulo Raimundo	25
Figura 7 - Inês de Sousa Real.....	30
Figura 8 - Rui Tavares	36

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Lista com partidos que ganharam assentos	1
---	---

Introdução

As próximas eleições legislativas portuguesas terão lugar no dia 10 de março de 2024 para eleger os membros da Assembleia da República para a 16.ª Legislatura da Terceira República Portuguesa. Estarão em jogo todos os 230 lugares da Assembleia da República.

Estas serão as primeiras eleições legislativas desde 2005 em que os líderes dos dois principais partidos (Partido Socialista e Partido Social Democrata) lideram os seus partidos pela primeira vez, com cinco dos oito partidos com assento parlamentar a concorrerem com novas lideranças: os dois principais partidos mais a Iniciativa Liberal, o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português.

Tabela 1 - Lista com partidos que ganharam assentos

PARTIDO	LÍDER
PS	Pedro Nuno Santos
AD	Luís Montenegro
CH	André Ventura
IL	Rui Rocha
B.E.	Mariana Mortágua
CDU	Paulo Raimundo
PAN	Inês de Sousa Real
L	Rui Tavares

Partido Socialista (PS)

O Partido Socialista é um partido político português de centro-esquerda, fundado a 19 de abril de 1973 por militantes da Ação Socialista Portuguesa (ASP).



Figura 1 - Pedro Nuno Santos

Habitação

- Estado a entregar garantia pública nos créditos à habitação para aquisição da primeira casa para pessoas até aos 40 anos. Em caso de incumprimento, o Estado assume o crédito e faz contrato de arrendamento com a família;
- Aumentar a despesa dedutível com arrendamento em sede de IRS em 50 € por ano, até atingir os 800 €;
- Rever a fórmula de cálculo de atualização de rendas, passando esta a incluir a evolução dos salários nos anos em que a inflação seja superior a 2%;
- Agravar as mais-valias em imóveis adquiridos e vendidos sem que tenham sido recuperados ou habitados;
- Aumentar a abrangência do Porta 65, eliminando os limites máximos para a sua aplicação.

Imigração

- Agilizar os processos de legalização, das autorizações de residência e de reagrupamento familiar de imigrantes e refugiados;
- Disponibilização online de todos os serviços da AIMA;
- Promover programas de aprendizagem da língua portuguesa;
- Instalar e dinamizar uma rede nacional de centros de acolhimento e inserção profissional;
- Reforçar a ação da Autoridade para as Condições do Trabalho para a verificação das condições de trabalho dos imigrantes;
- Adotar medidas de incentivo à redução da precariedade, promovendo a estabilidade profissional dos cidadãos migrantes.

Trabalho

- Trajetória plurianual de aumento do salário mínimo que permita atingir pelo menos os €1.000 em 2028;
- Lançar programas de formação especializada de curta e média duração em setores críticos para a economia portuguesa;
- Implementar um programa nacional de Mercado Social de Emprego para aproximar os públicos mais desfavorecidos e afastados do mercado de trabalho;
- Aprofundamento de incentivos à sindicalização e ao associativismo empresarial, tornando automática a disponibilização de informação aquando da assinatura de um contrato de trabalho ou criação de empresa;
- Apostar no desenvolvimento de um programa nacional de formação pós-secundária;
- Programa de alargamento de vagas no ensino superior para adultos.

Justiça

- Clarificar as formas de coordenação e os poderes hierárquicos da Procuradoria-Geral da República no âmbito dos inquéritos, sem prejuízo da responsabilidade individual de cada magistrado. Uma norma que está a deixar PGR e sindicatos do Ministério Público em guerra desde 2021;

- Simplificar processos e trâmites processuais, eliminando passos e formalidades inúteis;

- Lançar um programa de identificação de tarefas manuais nos sistemas dos tribunais que possam ser automatizadas;

- Proceder à revisão transversal dos prazos judiciais, adaptando-os de acordo com a complexidade dos processos e promovendo a sua efetiva aplicação;

- Rever e valorizar as carreiras dos oficiais de Justiça, dos conservadores de registo e dos oficiais de registo;

- Publicitar periodicamente estatísticas por tribunal, incluindo o número de processos pendentes, a duração média dos processos.

Política Externa

- Envidar esforços, para que o alargamento da União Europeia não seja feito em prejuízo dos atuais níveis de financiamento das políticas estruturais;

- Criar uma Estratégia Europeia para a Habitação, com disponibilização de fundos europeus;

- Envidar esforços para a adoção de um mecanismo europeu permanente de resposta a crises, de natureza contracíclica;

- Continuar a contribuir para a autodefesa da Ucrânia, como caminho para uma paz justa e estável, bem como para sancionar a Rússia;

- No caso do conflito do Médio Oriente, defender intransigentemente a solução de dois Estados;

- Aprofundar a participação nacional em diversas instâncias multilaterais, desde a NATO à OCDE.

Cultura

- Prosseguir trajetória de reforço de verbas para os apoios às artes e criar um mecanismo corretivo que tenham expressão em todo o território nacional;

- Acentuar a presença das artes em todos os ciclos do ensino público;

- Conceber uma ecologia do livro com medidas de conservação de pequenas livrarias e de apoio às pequenas editoras e independentes;

- Reforçar os quadros da Administração Pública nas áreas do Património Cultural;

- Densificar a Lei da Transparência dos média, a fim de equacionar obrigações especiais relativas à constituição da propriedade;

- Atribuição de um cheque-jornal aos jovens que completem 18 anos.

Ambiente

- Acelerar as reformas na transição energética e climática, antecipando em 5 anos a neutralidade carbónica para 2045;
- Desenho de uma Estratégia Nacional de apoio para tecnologias de impacto zero em linha com o The Net-Zero Industry Act;
- Criar um Passaporte Verde que acredite em empresas com padrões de sustentabilidade;
- Adaptar o território aos fenómenos climáticos extremos e assegurar a sua proteção por seguros;
- Aprovar uma renovada Estratégia Nacional de Educação Ambiental rumo a 2045;
- Rever a legislação sobre criminalização dos maus-tratos a animais, para lá dos animais domésticos.

Seg. Social

- A ponderação, na indexação da atualização das pensões, de outras variáveis macroeconómicas, como a variação da massa salarial, para cálculo dos aumentos;
- A garantia de aumentos mínimos, prevenindo a estagnação dos valores das pensões mais baixas;
- Diversificação de fontes de financiamento da segurança social, reduzindo a dependência da contribuição indexada ao trabalho;
- Revisão da regra de formação das pensões contributivas para que seja menos penalizadora das carreiras intermitentes;
- Reforçar a eficácia do Complemento Solidário para Idosos (CSI), excluindo os rendimentos dos filhos para efeitos da determinação dos recursos dos requerentes;
- Progressiva unificação das prestações sociais de cariz não contributivo relativas a diferentes públicos e gerações.

Saúde

- Encetar negociações imediatas com os profissionais de saúde, no âmbito de um plano concertado de revisão das carreiras e de valorização salarial;
- Avaliar a possibilidade de introdução de um tempo mínimo no SNS e de quadro de compensações por parte de médicos que pretendam emigrar ou ingressar no setor privado;
- Aprofundar os mecanismos de monitorização e transparência, com um quadro regular de indicadores relevantes e perceptíveis pela sociedade em geral;
- Reforçar e diversificar a oferta de cuidados de proximidade em saúde oral e visual, pediatria, terapia da fala, psicologia clínica, saúde mental e nutrição;

- Criar uma rede de atendimento permanente, a funcionar em centros de saúde de referência.

- Reforçar o SNS em Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica.

Educação

- Aumentar a atratividade no início da carreira, continuando o ritmo de redução da precariedade e reduzindo o hiato entre os índices remuneratórios da base da carreira docente e os índices mais altos;

- Iniciar negociações com os representantes dos professores com vista à recuperação do tempo de serviço de forma faseada;

- Avançar com uma avaliação da rede de ensino público nacional, no sentido de corrigir eventuais desequilíbrios e expandir a oferta;

- Garantir a frequência gratuita da educação pré-escolar a todas as crianças a partir dos 3 anos, investindo na rede pública e recorrendo ao setor solidário e à rede privada de forma supletiva;

- Instituir, de forma gradual, a obrigatoriedade da educação pré-escolar a partir dos 4 anos;

- Garantir que os alunos que frequentaram o ensino básico, em particular o 1.o ou o 2.o ciclo durante a pandemia são acompanhados ao longo do seu percurso escolar.

Jovens

- Alargar o “IRS Jovem” a todos os jovens, independentemente do nível de escolaridade atingido, por uma questão de justiça e coerência interna à medida;

- Promover políticas de retenção e captação de talento que, no período pós-académico, promovam a entrada e permanência de jovens no mercado de trabalho;

- Aumentar a abrangência do Porta 65, alterando os limites para a sua aplicação;

- O maior investimento de sempre em alojamento estudantil, procurando atingir em 2028 as 30 mil camas em oferta pública de alojamento;

- Criação da Garantia Superior, um mecanismo que assegure condições de frequência do Ensino Superior para estudantes carenciados;

- Apostar em programas que apoiem a colocação de jovens quadros em PME exportadoras, em particular jovens quadros com experiência em Erasmus ou INOVContacto.

Finanças

- Um novo equilíbrio entre a redução da dívida pública, o aumento do investimento público e o reforço do estímulo à economia;

- Manutenção de saldos orçamentais em equilíbrio (sem défice nem excedente);

- Crescimento da despesa corrente primária em torno dos 4%, próximo do crescimento nominal potencial da economia;

- Redução sustentada da dívida pública, até aos 80,1% do PIB, garantindo o cumprimento integral das regras orçamentais europeias.

Economia

- Capacitar a Administração Pública para um trabalho de identificação e de mapeamento de setores, de cadeias de valor e de tecnologias nas quais a economia nacional apresente elevadas potencialidades;

- Procurar, através de uma política de incentivos mais seletiva e centrada em setores robustos e promissores, criar oportunidades de emprego para os recursos humanos altamente qualificados;

- Executar uma nova estratégia para as empresas públicas que possam assumir um trabalho de coordenação, enquanto empresas-âncora, na dinâmica de modernização e sofisticação dos setores onde atuam;

- Lançar o Programa Internacionalizar, apoio às exportações de elevado valor acrescentado, ao investimento internacional e ao financiamento de operações internacionais

- Lançar o Programa Capitalizar +, de apoio à transição geracional e à valorização de ativos empresariais;

- Melhorar o papel a desempenhar pela Administração Pública na coordenação dos investimentos, visando a facilitação do licenciamento.

Impostos

- Reforçar a redução do IRS para a classe média, dentro da margem orçamental, diminuindo as taxas marginais;

- Atualizar os limites dos escalões de acordo com a taxa de inflação, impedindo que os contribuintes vejam a sua tributação aumentar por este efeito;

- Reduzir em 20% as tributações autónomas sobre viaturas das empresas;

- Devolver em IRS às famílias com menores rendimentos parte do IVA suportado em consumos de bens essenciais, incluindo às famílias que não pagam IRS;

- Redução do IVA da energia - aplicando a taxa de 6% aos primeiros 200 kWh de energia elétrica consumida em cada mês, ou de 300 kWh mensais, no caso das famílias numerosas.

Aliança Democrática (AD)

Aliança Democrática (AD) é uma coligação política em Portugal de centro-direita, formada pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), pelo CDS – Partido Popular (CDS–PP), pelo Partido Popular Monárquico (PPM) e personalidades independentes. Teve como fundadores Luís Montenegro, Nuno Melo e Gonçalo da Câmara Pereira, bem como diversas personalidades independentes.



Figura 2 - Luís Montenegro

Habitação

- Injetar no mercado, de forma “quase automática”, os imóveis e solos públicos devolutos ou subutilizados;
- Criar um regime excecional e temporário de eliminação ou redução dos custos tributários em obras de construção ou reabilitação;
- Flexibilizar as limitações de ocupação dos solos, das densidades urbanísticas (incluindo construção em altura) e exigências/requisitos para construção;
- Criar programa de Parcerias Público-Privadas para a construção e reabilitação em larga escala (habitação e alojamento estudantil);
- Atribuir subsídios públicos aos arrendatários em situações de vulnerabilidade (“medida em função da taxa de esforço e nível de rendimento”);
- Eliminar IMT e imposto de selo na compra de habitação própria e permanente por jovens até aos 35 anos, e redução para 6% do IVA da construção.

Imigração

- Estabelecer objetivos quantitativos para a imigração (a AD não define quais), ponderando “a dimensão da segurança”, priorizando “as qualificações” e evitando “a exploração por redes ilegais e criminosas”;
- Criar um programa de “atração, acolhimento e integração”, priorizando “a imigração regulada dos núcleos familiares”;
- Combater a imigração ilegal e o tráfico humano, “apoiando devidamente as forças de segurança”;
- Criar uma política específica de atração de jovens estudantes para as Universidades e Institutos Politécnicos;
- Avaliar uma reestruturação da Agência para a Integração, Migrações e Asilo, “de forma a corrigir falhas legais, operacionais e de conflito de competências”.

Trabalho

- Aumento do salário mínimo para 1.000€ até 2028 e “criar condições de evolução do salário médio para 1.750€ até ao final da década”;

- Reformulação de apoios sociais, “sem perda para ninguém”, criando um “Suplemento Remunerativo Solidário”, que permita acumular rendimentos do trabalho com RSI, pensão social ou outros apoios sociais;

- Reformulação do modelo atual de formação profissional de natureza pública;

- Maior flexibilidade no gozo de férias por iniciativa do trabalhador (com limite a definir contratualmente entre as partes);

- Fortalecimento da rede de apoio dos cuidadores informais.

Justiça

- Criminalizar o enriquecimento ilícito;

- Regulamentar o ‘lobbying’, criando um Registo de Transparência (base de dados com todos os “representantes de interesses legítimos” que pretendam contactar entidades e decisores públicos);

- Avaliar hipótese de alteração constitucional para incluir a “celeridade no artigo 20.º da Constituição da República Portuguesa” e “clarificar o estatuto de todos os juízes”, entre outras;

- Criar uma unidade para recuperar atrasos nos processos mais antigos;

- Rever os modelos de formação contínua dos Magistrados;

- Prisões: alargar os programas de intervenção nas áreas da Saúde Mental/ Toxicodependência/Novas adições e da Delinquência juvenil.

Política Externa

- Trabalhar candidatura de Portugal para o Conselho de Segurança no biênio 2027- 2028;

- Continuar a apoiar a defesa da Ucrânia, na linha das diretrizes Europeias;

- "Acompanhar” o processo de novo alargamento da União Europeia (UE);

- Divulgar atividades da NATO para a aproximar os cidadãos;

- Reforçar o papel da CPLP em matéria política, social, económica e de diplomacia, “através da consolidação da identidade Lusófona”.

Cultura

- Aumentar em 50% o valor atribuído à cultura no Orçamento de Estado, gradualmente até 2028;

- Fomentar a ida regular de crianças e jovens a Monumentos, Museus e Teatros e de artistas às escolas;

- Digitalizar o património cultural;

- Criar plano de reabilitação “dos edifícios com maior valor cultural”.

Ambiente

- Aumentar percentagem de água para reutilização;

- Criar “Programa de Ação para Resiliência do Litoral 2025-2040, através do PRR e do PT20-30”;
- Implementar políticas para reduzir a produção de resíduos plásticos;
- Dar seguimento à Reforma da Fiscalidade Verde (sem custos orçamentais);
- “Rever, clarificar e reforçar” legislação que penaliza abandono e maus-tratos a animais de companhia.

Seg. Social

- Duplicar a consignação de IRS das famílias (de 0.5% para 1%) para reforçar financiamento de instituições sociais;
- “Conta-Corrente do Contribuinte-Beneficiário”, ferramenta para dar aos cidadãos “informação fidedigna sobre o historial das suas contribuições para esquemas públicos de Segurança Social”;
- Implementar maior fluidez no sistema da Segurança Social, “para que ninguém fique desprotegido por ineficiência operacional do mesmo”;
- Reforma da máquina administrativa da Segurança Social, “que merece profunda modernização e transformação”.

Saúde

- “Plano de Emergência SNS 2024-2025”, nos primeiros 60 dias de Governo, criando um voucher Consulta de Especialidade quando for ultrapassado o tempo máximo de resposta (TMRG);
- Garantir médico de família para todos até final de 2025, com recurso a profissionais de todos os sectores (público, privado e social);
- Garantir check-up anual, com “regras e um racional clínico adequado à idade e fatores de risco”, num protocolo a ser criado também entre vários prestadores;
- Criar sistemas de incentivos para atração de profissionais de saúde “nas zonas mais carenciadas”, em articulação com autarquias;
- Criar programas prioritários: Promoção da Saúde Oral e de Saúde Mental Comunitária.

Educação

- Acesso universal e gratuito a creches e jardins de infância, aumentando a oferta do Estado e recorrendo também aos sectores social, particular e cooperativo;
- Alterar as provas de aferição do 2º, 5º e 8º anos para o 4º e 6º anos: a Português, Matemática e a uma terceira disciplina de forma rotativa, a cada três anos;
- Criar novo plano de recuperação de aprendizagem (A+A, “Aprender Mais Agora”), para “apoio aos alunos, capacitação de docentes para implementar um sistema de tutorias e reforço de créditos horários”;
- Aumentar o financiamento das escolas inseridas em meios mais carenciados (agrupamentos TEIP);

- Professores: devolução de todo o tempo de serviço trabalhado, mas não contado (seis anos e seis meses), de forma gradual ao longo da legislatura (à razão de 20% ao ano);

- Incentivar fixação de professores em zonas de baixa densidade ou onde há falta de professores e criar em sede de IRS a possibilidade de dedução das despesas de alojamento dos professores que se encontrem deslocados a mais de 70 quilómetros da sua residência.

Jovens

- IRS Jovem até 15% para jovens até 35 anos (como referido na secção Impostos);

- Eliminar IMT Imposto de Selo para compra de habitação própria e permanente por jovens até aos 35 anos (como referido na secção Habitação);

- Garantia pública para viabilizar financiamento bancário (como referido na secção Habitação);

- Reformulação do programa Porta 65 “por forma a chegar a mais jovens sem acesso ao mercado de arrendamento”;

- Criar um Sistema Nacional de Orientação Vocacional, articulando “interesses individuais” dos jovens com “necessidades de qualificação do país”;

- Agricultura: priorizar “projetos de jovens que integrem empresas agrícolas já existentes”, para promover renovação geracional.

Finanças

- Redução da dívida pública, para ficar abaixo de 85% do PIB em 2028;

- Crescimento do PIB próximo de 3,5% no final desta legislatura e de 4% na próxima;

- Choque fiscal para alavancar produtividade até aos 2%;

- O consumo privado cresce ligeiramente abaixo do crescimento do PIB e o investimento cresce acima, e de forma mais pronunciada em 2025 e 2026;

- O consumo público cresce de forma mais contida, 2% em 2026, 2,3% em 2027 e 2,5% em 2028, em resultado de alguma contenção da despesa.

Economia

- Reforma fiscal, com redução progressiva por exemplo de IRS e IRC (ver secção “Impostos”);

- Aposta na iniciativa privada (ampliando a concorrência e reduzindo a burocracia e barreiras à entrada);

- Promover transição para energias renováveis, “quer de produção de energia elétrica em terra e no mar (offshore), quer de gases renováveis”;

- Cumprir metas de Portugal em transição energética e descarbonização “efetiva e competitiva da economia nacional”;

- Desenvolver a Economia do Mar (exemplos: defender investimento público e privado nos portos de pesca ou simplificar programas de investimento europeu).

Impostos

- Redução do IRS até ao 8.º escalão, através da redução das taxas marginais entre 0,5 pontos e três pontos face a 2023;

- Isenção de IRS e contribuições sociais para prémios de desempenho até ao equivalente a um vencimento mensal (“correspondendo, dessa forma, a um 15º mês, quando aplicado”);

- Adoção do IRS Jovem, com uma taxa máxima de 15% para quem tiver até 35 anos (exceto no 9º e último escalão);

- Redução gradual de IRC de 21% para 15% ao ritmo de 2 pontos percentuais por ano.

Chega (CH)

O Chega (sigla: CH; estilizado em caixa alta) é um partido político português, de ideologia populista, de direita radical, nacionalista, conservador, sendo o seu espectro político definido como sendo de direita a extrema-direita. Ao contrário do que alega no seu manifesto, existe ainda uma inconsistência e indefinição sobre se realmente defende o liberalismo económico. Atualmente, é a terceira maior força política nacional, com o terceiro maior grupo parlamentar na Assembleia da República.



Figura 3 - André Ventura

Habituação

- Revogação imediata do Programa Mais Habitação, uma “abordagem coerciva [que] cria um ambiente de incerteza e desconfiança no sector imobiliário”;

- Revogar o AIMI (Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis), assim como o IMI e o IMT na aquisição de habitação própria permanente;

- Implementar isenções fiscais para projetos built-to-rent que se comprometam a manter as propriedades no mercado de arrendamento por um período mínimo de 15 anos;

- Estabelecer parcerias entre o sector público e privado para disponibilizar terrenos do Estado para construção, incluindo habitação a custos controlados com concessões de 90 anos;

- Criar um novo modelo de licenciamento simplificado, reduzindo a quantidade de documentos exigidos e simplificando os procedimentos administrativos.

Imigração

- Reverter a extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e repor a sua estrutura orgânica, as suas atribuições e o seu estatuto jurídico e operacional;
- Estabelecer quotas anuais para a imigração com base em três critérios: qualificações, necessidades do mercado de trabalho, e “mais-valias que possam trazer a Portugal”;
- Revogar o acordo de mobilidade entre os países da CPLP, acabando com a autorização de residência automática; e alterar a Lei da Nacionalidade para que seja atribuída apenas a quem conhecer a língua e a cultura portuguesa;
- Definir um período mínimo de cinco anos de contribuições até que um imigrante possa usufruir de benefícios estatais;
- Criação do Programa Bom Regresso, para apoiar todos os estrangeiros que queiram regressar ao seu país de origem, mas não tenham meios para tal.

Trabalho

- Aumentar o salário mínimo nacional para €1000 até 2026, complementado com um programa de apoio a empresas que tenham um peso dos custos fixos na ordem dos 30%;
- Legislar para que os anúncios de trabalho tenham informações relevantes como a identificação do empregador e o valor certo ou estimado do salário;
- Atribuição de benefícios fiscais para empresas que tenham creches para os filhos dos seus funcionários.
- Reforçar os meios técnicos e humanos da Autoridade para as Condições do Trabalho, para assegurar fiscalização nas empresas e uma resposta rápida a todas as denúncias recebidas;
- Alterar a lei para que o trabalho suplementar (horas extra) seja pago a 100%, estando estas horas isentas de IRS e Segurança Social; e reduzir em 50% a carga fiscal sobre o subsídio de turno;
- Simplificar o Código do Trabalho, garantindo flexibilidade às empresas e segurança aos trabalhadores, promovendo o trabalho remoto e flexível, e considerar a implementação de Contratos de Zero Horas para Desempregados e Reformados.

Justiça

- Reforçar os “poderes” e os meios da Direção Central de Investigação da Corrupção e Criminalidade Económica e Financeira, Tribunal de Contas e outras entidades de inspeção e combate ao crime financeiro e organizado, como o DCIAP, PGR e PJ;
- Contratar oficiais de justiça e oficiais de registo e notariado para preencher os lugares vagos, incluindo o recrutamento urgente de 300 funcionários judiciais para as comarcas mais necessitadas;

- Assegurar que as sentenças e acórdãos judiciais de todas as instâncias são públicas e ficam disponíveis online, assim como as decisões arbitrais, e a digitalização de todos os processos, incluindo do Tribunal Constitucional;

- Introduzir no Código Penal a “castração química” de carácter temporário e para reincidentes, assim como a prisão perpétua com possibilidade de revisão após cumprida parte da pena.

- Reformar o regime de recursos em matéria penal para “impedir a instrumentalização dos recursos”, racionalizar o acesso ao Supremo Tribunal de Justiça, e rever os prazos e funções da fase de instrução;

- Reformar o sistema de apreensão, confisco e devolução ao Estado do património e “produto do crime económico-financeiro”, mesmo antes dos suspeitos serem condenados.

Política Externa

- Criar o ministério das Comunidades para defender os interesses das comunidades portuguesas, para que possam ser um pilar da nossa política externa”;

- Criar uma rede de balcões de atendimento nos países da diáspora semelhante às Lojas do Cidadão, para aliviar a carga dos Consulados no que toca a atos administrativos;

- Estabelecer parcerias para a implementação de ligações aéreas diretas entre Portugal e os destinos com as maiores comunidades portuguesas a nível mundial;

- Criar uma rede de ensino gratuito do português como língua materna destinada às crianças e jovens portugueses e lusodescendentes no estrangeiro, incluindo um programa de intercâmbio para estudarem em Portugal;

- Reajustar a legislação eleitoral para combater a abstenção dos emigrantes, introduzindo métodos de voto “alternativos” e “fiáveis”.

Cultura

- Aumentar o Orçamento para a Cultura, visando corrigir o subfinanciamento crónico do sector e promovendo a valorização do património cultural e dos seus profissionais;

- Rever a Lei do Mecenato Cultural para simplificar os procedimentos e aumentar as vantagens para os mecenas, e auscultar o sector sobre a criação do selo “Mecenas da Cultura”;

- Fortalecer a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP), investindo no apoio a projetos por parte de estruturas artísticas locais, e desenvolver a Rede Portuguesa de Arte Contemporânea (RPAC);

- Criar o Museu Nacional dos Descobrimentos para divulgar a história marítima e das descobertas portuguesas, e investir na digitalização dos conteúdos dos museus;

- Criar “laboratórios” culturais móveis e itinerantes, equipados para oferecer uma variedade de atividades culturais e artísticas para percorrer as diversas regiões do país.

Ambiente

- Reformular a Estratégia Nacional para o Mar 2030, incluindo a “complementaridade entre os sectores de defesa e segurança, conservação dos ecossistemas marinhos e produção de energia.”.
- Implementar um Plano Nacional de Combate a Perdas de Água, com base nos “alarmantes relatórios que revelam perdas anuais de milhões de litros na rede pública”.
- Avançar no problema dos solos contaminados, publicando a legislação PROsolos, “que se protela há mais de oito anos”, e “rever” a estratégia nacional de remoção de amianto.
- Rever a Taxa de Gestão de Resíduos para estimular a separação em vez de incineração ou aterros, e “proceder à eliminação” de todas as taxas ambientais excessivas ou de dupla tributação.
- Realizar uma “auditoria externa” à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) para “garantir a transparência nos processos de licenciamento e avaliação ambiental.”

Seg. Social

- Aumentar a pensão mínima para que nenhum idoso tenha um rendimento inferior a €820, numa primeira fase igualando-se ao valor do IAS e, posteriormente, ao valor do salário mínimo nacional;
- Criar um cheque residencial para idosos, de forma a “responder à falta de vagas no sector público ou solidário”, dando benefícios fiscais específicos a projetos de residências seniores;
- “Reestruturar o sistema das juntas médicas”, assegurando maior celeridade nos processos de verificação de incapacidade, garantindo que situações definitivas não sejam sujeitas a nova análise;
- Distinguir entre Rendimento Social de Inserção – apoio temporário para todos os cidadãos em idade laboral e em carência económica – e Rendimento Social de Sobrevivência, para quem não tenha “condições para o trabalho”;
- Assegurar abono de família pré-natal desde o início da concepção, e rever o programa “Creche Feliz” para corrigir os atrasos nos pagamentos e as falhas no site da Segurança Social.

Saúde

- Alterar a Lei de Bases da Saúde introduzindo novos modelos de gestão e parcerias público-privadas (PPP's), e alterar o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde para eliminar o cargo de Diretor Executivo;
- Criar uma plataforma única digital comum a todos os agentes envolvidos no sector da saúde em Portugal, “para que existam sinergias e ganhos de eficiência em todo o sistema de saúde”;
- Transformar o atual “Registo de Saúde Eletrónico” num Registo Único de Saúde do Cidadão, disponibilizando o processo clínico do utente para todas as

instituições de saúde de forma a agilizar o acesso a informações médicas e melhorar a coordenação entre profissionais;

- Reforçar os meios da Rede de Cuidados Continuados Integrados e Paliativos, incluindo a valência do apoio domiciliário;

- Criar o Cheque de Saúde Mental sempre que o SNS não consiga garantir resposta, e assegurar o acesso universal a cuidados de saúde oral (atualizando o valor do cheque dentista).

Educação

- Recuperar todo o tempo de serviço congelado dos professores, extinguir quotas na progressão na carreira, e uma melhoria progressiva e sustentável dos salários;

- Atribuir ajudas de custo a professores do Ensino Básico e Secundário que se encontrem deslocados a mais de 100km da sua residência oficial, com dedução das despesas em sede de IRS;

- Reduzir os currículos e horários escolares dos alunos de modo a assegurar a eficácia pedagógica do trabalho das escolas, e tornar opcional a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento;

- Reintroduzir os exames nacionais no final de todos os ciclos do ensino básico e secundário;

- Estender as medidas de ação social escolar aos alunos que frequentem o ensino privado e cooperativo, e rever os protocolos de financiamento dessas escolas.

Jovens

- Isentar os jovens do pagamento de IMI, IMT e Imposto de Selo na compra da primeira habitação, e “ampliar” o universo de beneficiários do programa Porta 65;

- Isentar os jovens até aos 35 anos de IRS, limitado a um total de €100 mil de rendimentos desde o início da sua carreira;

- Dar à entidade empregadora uma dispensa parcial ou isenção das contribuições à segurança social na contratação de jovens qualificados ou à procura do primeiro emprego;

- Aprovar benefícios fiscais para jovens casais portugueses que se fixem no interior, que tenham três ou mais filhos, ou reabilitem património devoluto;

- Alterar para 18 anos a idade mínima para contrair casamento;

- Atribuir o complemento de residência a todos os estudantes provenientes de agregados familiares de rendimento anual inferior aos fixados no limite do 6º escalão de IRS.

Finanças

- O Chega não apresenta quadro macroeconómico com estimativa de custos das propostas e previsões orçamentais;

- Quer criar uma contribuição extraordinária temporária sobre o sector bancário e criar uma contribuição extraordinária temporária sobre as petrolíferas e distribuidoras, aplicável aos lucros excedentários;
- Criar mecanismos para acelerar a recuperação de dívidas por parte do Estado, garantindo a justiça social e “acabando com a impunidade sobre os infratores” para evitar perda de receita.
- Criar o protocolo “zero economia paralela”, recuperando para a economia lícita cerca de €89 mil milhões em seis anos [não é explicado como];
- Reforçar os meios técnicos e humanos da Autoridade Tributária para o combate à fraude e à evasão fiscal, melhorando os meios legais para apurar manifestações de fortuna.

Economia

- “Apoiar a internacionalização das empresas portuguesas” com um reforço do Banco do Fomento, apostando nas qualificações dos funcionários, nas exportações e na atração de investimento;
- Reestruturar o Conselho Nacional da Indústria, tornando-o um órgão de consulta e aconselhamento do Primeiro-ministro para as políticas industriais e para desenvolver pactos entre empresas do mesmo sector;
- Desagravar a taxa de IRC para 15% ao longo da legislatura, com efeito imediato nas empresas com sede social nos concelhos do interior; e desagravar a Derrama Estadual e Municipal;
- Aumentar o limite de isenção de IVA para Trabalhadores Independentes e Empresários em Nome Individual;
- Desagravar fiscalmente as empresas que utilizam o lucro gerado para reinvestir no negócio e para a criação de emprego.

Impostos

- Introduzir duas taxas marginais de IRS: de 15% até aos 39.999 euros, e de 30% a partir de €40 mil, com isenção de pagamento para quem receber até aos mil euros mensais;
- Aplicar a taxa de IVA reduzida (6%) à eletricidade e ao gás, e implementar uma tarifa social da energia para famílias numerosas, considerando os primeiros 200 kWh consumidos por família/mês, e desde que a potência contratada não ultrapasse os 10,35kVA;
- Introduzir uma “flat tax” de IRC de 15% para as regiões autónomas e para o interior do país, e de 18% para o resto do território;
- Reintroduzir o IVA zero para bens alimentares essenciais e proceder ao alargamento da lista anteriormente aprovada, assim como aplicar a taxa de IVA reduzida (6%) para a restauração;
- Reduzir o IVA do Gasóleo e da Gasolina Rodoviária para a taxa intermédia de 13%, e eliminar o adicional ao Imposto Sobre Produtos Petrolíferos.

Iniciativa Liberal (IL)

A Iniciativa Liberal é um partido político português de índole liberal, que defende a liberalização económica, política e cultural. Fundado em 2017, concorreu às suas primeiras eleições nas europeias de 2019. O espectro político da IL é definido como sendo de centro-direita.



Figura 4 - Rui Rocha

Habitação

- Reverter o Pacote Mais Habitação, do Governo socialista;
- Aumentar as deduções em IRS das rendas e dos juros dos créditos à habitação e eliminar o imposto de selo no arrendamento e transações imobiliárias;
- Eliminar o IMT na compra de habitação própria
- Descer o imposto sobre as rendas para taxa máxima de 14,5%;
- Reduzir o IVA da construção de 23% para 6%.

Imigração

- Imigração legal dependente de prova de meios de subsistência, assegurados pelo imigrante ou pela empresa;
- Autorizar a residência com contrato de trabalho;
- Assegurar uma política de imigração "mais responsável e dignidade na entrada no país";
- Emitir vistos humanitários para refugiados através dos serviços consulares;
- Eliminar o regime de regularização permanente;
- Ajudar imigrantes no regresso voluntário ao país de origem.

Trabalho

- Criação de um novo modelo para a Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS);
- Mais condições para a contratação coletiva e negociação individual;
- Rumo à uniformização das relações de emprego públicas e privadas para acabar com as discriminações;

- Alargar a isenção sobre rendimentos a trabalhadores-estudantes independentes.

Justiça

- Reduzir os prazos médios de decisão na jurisdição administrativa e fiscal;
- Opção de arbitragem administrativa em processos não resolvidos em tempo útil;
- Repensar a fase de instrução de acordo com as conclusões do Grupo de Trabalho criado no âmbito do Conselho Superior da Magistratura;
- Racionalizar meios, qualificar funcionários judiciais e simplificar linguagem processual;
- Modificar o efeito suspensivo dos recursos para o Tribunal Constitucional.

Política Externa

- Defesa de Portugal na União Europeia (UE) e na NATO;
- Estratégia de redução da exposição ao risco em relação à China;
- Defender a entrada da Ucrânia na UE;
- Defesa dos direitos humanos na UE;
- Valorizar o ensino da língua portuguesa e dar força às comunidades portuguesas na diáspora.

Cultura

- Descentralizar e tornar mais independentes as instituições culturais;
- Revisão do regime de mecenato;
- Liberalizar o Mercado Livreiro e revogar a “Lei do Preço Fixo do Livro”;
- Neutralizar os impactos da taxa de cópia privada.

Ambiente

- Desburocratizar e acelerar o investimento em energias limpas;
- Acelerar o licenciamento do Auto-Consumo (UPAC) e das Comunidades de Energia Renovável (CER);
- Criar um mercado nacional da água: sistema de transvases nacional, sistema real de preços da água, renovar as redes de distribuição, reutilizar água residuais e viabilizar soluções de dessalinização onde houver procura;
- A nível de reciclagem, implementar um sistema de depósito e retorno em Portugal em circuito aberto aos privados;
- Concluir cadastro florestal e garantir uma política agrícola centrada na redução de custos de contexto.

Seg. Social

- Reforma do Sistema de Pensões com princípio da valorização da poupança individual e numa redistribuição mais sustentável;
- Introdução de um pilar de capitalização obrigatório e incentivo ao pilar de capitalização de contribuições voluntárias;
- Notificação anual de informação com a situação agregada das contribuições para a Segurança Social a cada contribuinte individual;
- Colocar no recibo de vencimento a totalidade dos custos suportados pela entidade empregadora, incluindo a Segurança Social;
- Isentar de impostos contas-poupança.

Saúde

- Novo sistema de saúde que inclua os sectores público, privado, social e onde a liberdade de escolha possa imperar;
- Reduzir as listas de espera, através da criação de um Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde;
- Médico de família para todos até 2028;
- Recuperar as Parcerias Público-Privadas (PPP) e alargar modelo a novos hospitais.

Educação

- Liberdade de escolha na Educação, através da mudança do modelo de financiamento da escola para o financiamento por aluno;
- Contratar professores reformados e dar mais autonomia às escolas;
- Valorizar o ensino profissional;
- Apostar na literacia financeira e na investigação científica;
- Dar maior autonomia às instituições do Ensino Superior, nomeadamente na seleção de alunos e módulo.

Jovens

- IRS: alargar a isenção sobre rendimentos a trabalhadores-estudantes independentes;
- Equiparação dos e-sports (desporto eletrónico) a desportos tradicionais;
- Maior flexibilidade da admissão de alunos ao Ensino Superior, dando autonomia às universidades e politécnicos para selecionar estudantes;
- Aumentar oferta de alojamento a preços acessíveis para estudantes universitários, através de licenciamentos mais rápidos e criar lógicas de PPP;
- Alterar regras de acesso às bolsas para incluírem mais estudantes com dificuldades económicas;

- Atualização progressiva do financiamento por turmas das escolas profissionais;
- Flexibilizar o acesso a creches para filhos de profissionais liberais e trabalhadores independentes.

Finanças

- Compromisso de Orçamentos com superávit e redução da dívida pública;
- Garantir um ambiente fiscal estável;
- Cumprir o princípio da neutralidade fiscal;
- Simplificar a neutralidade verde, consolidando as taxas ambientais.

Economia

- Desbloquear a economia, reduzir e simplificar a carga fiscal;
- Eliminar taxas, contribuições e impostos adicionais;
- Papel do Estado reduzido a regulador, exigir mais do Estado na regulamentação económica
 - Criar uma task force de eliminação de burocracias desnecessárias em diálogo com cidadãos e empresas;
 - Criar Zonas Económicas Especiais (ZEE) de baixa fiscalidade no interior do país;
 - Apostar mais na transformação digital do Estado e da Economia;
 - Apostar em tecnologias emergentes como a AI Generativa, Blockchain, Web3, computação quântica;
 - Garantir economia de carbono líquido zero até 2050;
 - Desbloquear a economia circular na indústria.

Impostos

- Taxa única de IRS de 15% sobre a parte dos rendimentos que exceda o Salário Mínimo Nacional (DMN), começando de forma gradual com duas taxas de 15% e 28%, aumentando imediatamente o salário líquido
 - Taxa única de IRC de 12% para as empresas, exceto para as grandes multinacionais (15%);
 - Diminuir carga fiscal sobre profissionais liberais e trabalhadores independentes;
 - Descer imposto sobre rendimentos de capitais para 14,5%;
 - Eliminar gradualmente o IUC.

Bloco de Esquerda (BE)

O Bloco de Esquerda (BE) é um partido político socialista e populista, de esquerda a extrema-esquerda, em Portugal.



Figura 5 - Mariana Mortágua

Habitação

- Obrigar a Caixa Geral de Depósitos a reduzir o spread do crédito à habitação em 1,5 pontos percentuais;
- Destinar 25% da nova construção para habitação acessível, o que inclui “construção, reconstrução, ampliação e alteração” de habitações;
- Proibição da venda de casas a não residentes com exceção dos emigrantes portugueses, estrangeiros oficialmente residentes no país e em territórios de baixa densidade;
- Limitação do Alojamento Local: em cada freguesia, um máximo de 5% de fogos dedicados ao AL e a fixação do prazo de dois anos para as licenças;
- Criação de tetos máximos para rendas e limitação da atualização legal considerando a evolução do poder de compra.

Imigração

- Investir em políticas de acolhimento de imigrantes, desde logo com celeridade nos processos de atribuição e renovação de título de residência;
- Programas de ensino bilíngue e abertura dos espaços escolares à vida cultural das comunidades;
- Incremento do programa “Português Língua de Acolhimento”, de modo a garantir oferta contínua de ensino formal da língua portuguesa desde o início da permanência em Portugal;
- Contratação de intérpretes e mediadores culturais para as unidades de saúde com elevada percentagem de população migrante;
- Direito de voto a todas as pessoas titulares de autorização de residência em Portugal, independentemente da existência de acordos de reciprocidade com os países de origem.

Trabalho

- Aumento do salário mínimo para 900 euros em 2024 e aumentos anuais correspondentes ao efeito da inflação adicionado de 50 euros;

- Criação de leques salariais nos setores público e privado, no máximo de um para 12, ou seja, ninguém pode ganhar num mês mais do que outro ganha num ano na mesma empresa ou organização;

- Redução progressiva do horário de trabalho para as 35 horas semanais, fixando por lei este regime;

- Consagrar na lei a possibilidade de optar pela semana de quatro dias, por iniciativa da empresa ou do trabalhador, sem perda de rendimento;

- Revogação da caducidade unilateral dos instrumentos de regulação coletiva de trabalho e a reposição do tratamento mais favorável ao trabalhador.

Justiça

- Elaboração de uma Lei de Bases da Justiça que consagre um Serviço Nacional de Justiça assente nos princípios da gratuidade no acesso e da proximidade dos serviços de justiça;

- Redução generalizada das taxas e custas processuais, nomeadamente, isenção de custas em ações por acidente de trabalho;

- Dignificação do sistema de execução de penas retomando a dinâmica interrompida de aplicação de penas alternativas à de prisão para a pequena criminalidade;

- Revisão da tabela de honorários dos profissionais afetos ao sistema de acesso ao direito e aos tribunais;

- Revisão do estatuto dos oficiais de justiça que preveja a inclusão do suplemento de recuperação processual nos 14 meses de vencimento, com efeitos a 1 de janeiro de 2021.

Política Externa

- Reconhecimento imediato do Estado da Palestina por parte de Portugal;

- Iniciativa para investigação e julgamento do governo de Israel por crimes de guerra e genocídio

- Criação de uma Cimeira pela Paz na Europa para um fim negociado da invasão russa à Ucrânia em alternativa à escalada armamentista;

- Saída de Portugal da NATO e defesa do desarmamento negociado e multilateral;

- Conversão da Base das Lajes num aeroporto plenamente civil, exigindo aos EUA as indemnizações devidas pelos danos ambientais e sociais causados.

Cultura

- Inscrição no Orçamento do Estado a dotação de 1% do PIB para a cultura;

- Alteração do Estatuto dos Profissionais da Cultura para a promoção de contratos de trabalho e combate à precariedade, em especial ao falso trabalho autónomo;

- Criação de uma Lei de Bases da Cultura que redefina o papel do Estado na democratização e universalização dos serviços públicos de cultura;
- Aumento significativo e diversificação do financiamento à criação artística e aos projetos de difusão da criação artística;
- Imposição de mecanismos de justa retribuição aos autores, artistas e intérpretes na transposição das diretivas relativas a direitos de autor e direitos conexos em streaming e no Mercado Único Digital.

Ambiente

- Revogação das leis PIN (Projeto de Interesse Nacional) e do simplex ambiental;
- Interdição de jatos privados e garantia da completa eletrificação dos navios cruzeiro e limitação da sua permanência nos portos nacionais;
- Regulamentação da Lei de Bases do Clima e reforço da sua ambição antecipando a data para a neutralidade climática;
- Abandono do modelo de comércio de carbono, impondo limites imperativos para os países, para cada setor de atividade e para as empresas poluentes;
- Construção da terceira travessia do Tejo, exclusivamente ferroviária, com serviço a várias valências ferroviárias de forma a eliminar o estrangulamento da rede ferroviária nacional.

Seg. Social

- Criação de uma nova fonte de financiamento da Segurança Social através da contribuição de 0,75% sobre o Valor Acrescentado Líquido das grandes empresas (exclui todas as PME), o que representaria um acréscimo de receitas de cerca de 300 milhões de euros/ano;
- Aumento do valor mínimo das pensões de modo a garantir que o valor das pensões de carreiras contributivas com 20 ou mais anos de descontos fica sempre acima do limiar de pobreza;
- Alargamento do acesso ao Complemento Solidário para Idosos (CSI), elevando o seu valor de referência a ser calculado a partir do valor do limiar da pobreza e eliminando a norma que contabiliza os rendimentos dos filhos para acesso;
- Reforço do Estatuto do Cuidador Informal através do reconhecimento da prestação de cuidados informais para efeitos de pensão de velhice ou a concretização do direito ao descanso e a férias;
- Reforma antecipada para pessoas com 15 ou mais anos de descontos com incapacidade igual ou superior a 60%.

Saúde

- Criação de regime de exclusividade para médicos e profissionais de saúde, com majoração de 40% sobre o salário, sem prejuízo de suplementos previstos na lei, e de 50% nos pontos para progressão na carreira;

- Revisão de todas as carreiras da saúde de forma a aumentar todos os salários em pelo menos três posições remuneratórias, num valor mínimo de 150 euros;
- Estabelecimento de um enfermeiro de referência para cada família;
- Criação da carreira de médico dentista no Serviço Nacional de Saúde;
- Comparticipação a 100% de medicamentos para pessoas com rendimento inferior ao salário mínimo nacional.

Educação

- Recuperação integral do tempo de serviço dos professores no primeiro ano de Governo;
- Criação de um programa de vinculação extraordinária de docentes precários e alteração das regras da vinculação dinâmica, eliminando a obrigatoriedade de concorrer ao país inteiro;
- Implementação de um regime temporário de antecipação da aposentação das professoras e professores com idade próxima da reforma, de adesão voluntária;
- Abertura de um processo de reforma curricular e revisão de programas, com a participação de professores, estudantes, academia e organizações da sociedade civil;
- Criação de um plano de investimento na educação que vise alcançar a meta de, pelo menos, 6% do PIB.

Jovens

- Revogação do alargamento do período experimental para jovens à procura do primeiro emprego, introduzido em 2019;
- Gratuidade dos transportes públicos para jovens até aos 25 anos;
- Criação de um plano nacional para o alargamento da rede de residências estudantis;
- Revisão do regulamento de bolsas com nova fórmula de cálculo e definição de um calendário regular para a transferência das bolsas;
- Cancelamento da dívida estudantil.

Finanças

- Reestruturação da dívida pública com a redução da taxa de juro para 1% e um prazo de 60 anos, com um efeito de abatimento do valor atualizado do stock da dívida em cerca de 52 mil milhões de euros;
- Aumento do nível de emissões de Bilhetes do Tesouro para reduzir a maturidade residual média da dívida pública portuguesa;
- Autonomia e responsabilização dos serviços públicos na execução dos seus orçamentos, nomeadamente despesas correntes e preenchimento dos seus quadros de pessoal;
- Desvinculação do país do Tratado Orçamental da União Europeia;

- Não há propostas quanto ao défice orçamental, apesar de Mariana Mortágua ter defendido que o “excedente tem de ser mobilizado para salvar o SNS, para combater a crise da habitação, para investir em serviços públicos, para baixar impostos sobre consumos essenciais e o trabalho”.

Economia

- Recuperação do controle público do Novo Banco;
- Conversão dos Ativos por Impostos Diferidos (AID) elegíveis em capital e conversão das dívidas ao Fundo de Resolução em instrumentos convertíveis em capital;
- Elaboração de um programa estratégico com as linhas orientadoras da atuação da banca pública;
- Revisão das leis de resolução bancária, retomando o Estado poderes soberanos sobre decisões relativas à intervenção de bancos em situação financeira insustentável;
- Nacionalização da Galp, EDP, REN, ANA, CTT e TAP. E temporariamente do grupo Global Media Group até estar "estabilizado";
- Reforço e alargamento da base da contribuição das instituições financeiras.

Impostos

- Redução do IVA da eletricidade e gás para a taxa mínima (6%);
- Redução do IVA das telecomunicações para a taxa mínima (6%);
- Aplicação da taxa zero de IVA a bens essenciais à alimentação;
- Aumento do IVA dos hotéis para a taxa máxima (23%);
- Atualização da dedução específica no IRS em 582 euros para 4.686 euros de forma a compensar o aumento acumulado dos preços desde 2021.

Coligação Democrática Unitária (CDU)

A CDU – Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV) é uma coligação de esquerda, formada pelo Partido Comunista Português (PCP) e pelo Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV), incluindo normalmente nas suas listas membros da Associação de Intervenção Democrática (ID).



Figura 6 - Paulo Raimundo

Habitação

- 50 mil novos fogos de habitação pública, ao longo da legislatura, financiados a partir do Orçamento do Estado. Inclui construção e mobilização de património público;
- Criação de um “regime especial de proteção da habitação” que coloque os lucros da banca a suportar o aumento das taxas de juro no crédito à habitação;
- Limitar o aumento do valor das rendas, em contratos novos e atuais, e restringir as situações de despejo;
- Eliminar o regime fiscal dos residentes não habituais, os benefícios fiscais aos fundos imobiliários e “outros instrumentos similares”
- Colocar a Caixa Geral de Depósitos a oferecer condições de spread, comissões e outros encargos abaixo dos valores praticados pelos bancos privados.

Imigração

- Criação de equipas temporárias para regularizar os processos pendentes transitados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) para a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA);
- Simplificação e desburocratização dos processos de regularização, diminuição dos custos e aumento da capacidade de resposta do AIMA;
- Ratificação, por Portugal, da Convenção Internacional da ONU, facilitando o direito ao reagrupamento familiar e a alteração da Lei da Imigração;
- Adoção de medidas de defesa e promoção dos direitos sociais e laborais dos imigrantes, incluindo medidas dirigidas às crianças e jovens;
- Voltar a conferir à Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) um estatuto institucional robusto e autónomo.

Trabalho

- Aumento do salário mínimo nacional para 1000 euros em 2024 e prosseguir com a valorização nos próximos anos para aproximar da média da Zona Euro;
- Redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais e para as sete horas diárias para todos os trabalhadores, sem perda de remuneração;
- Consagração dos 25 dias úteis de férias para todos os trabalhadores com implementação imediata;
- Revogação das normas relativas à caducidade das convenções e reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador;
- Reforço das competências da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) de forma a poder converter os ‘falsos recibos verdes’ em contratos sem termo.

Justiça

- Garantir a regularidade de admissão de profissionais de justiça com vista a ultrapassar a crónica situação deficitária do quadro de pessoal;

- Combater o processo de desjudicialização e privatização da administração da justiça, nomeadamente, impedindo a vulgarização e alargamento de meios alternativos de resolução de litígios, fora dos tribunais;

- Adoção de medidas que permitam a diminuição da morosidade dos processos judiciais, combatendo as possibilidades de recurso a expedientes dilatórios e reconfigurando a fase da instrução;

- Extinção das custas judiciais de forma progressiva, no prazo da legislatura, fixando esse faseamento a partir de critérios de necessidade social do acesso à justiça e aos tribunais;

- Aumento e atualização anual do valor das remunerações devidas aos advogados no âmbito do acesso ao direito e apoio judiciário.

Política Externa

- Saída de Portugal da NATO rejeitando a participação militar portuguesa em missões de ingerência e agressão contra outros povos;

- Desenvolvimento de iniciativas de solidariedade com os povos em defesa da sua soberania, nomeadamente com vista ao fim do bloqueio dos EUA contra Cuba, ao cumprimento dos direitos do povo palestino ou do direito de autodeterminação do povo sarauí;

- Criação de um programa que enquadre uma saída negociada do Euro dos países que pretendem recuperar a soberania monetária, prevendo as devidas compensações pelo impacto e prejuízos da moeda única;

- Rejeição da dependência e submissão ao Banco Central Europeu face aos interesses do capital financeiro e exigência de reversão dos aumentos das taxas de juro;

Rejeição da militarização da União Europeia e do incremento dos meios financeiros alocados à escalada armamentista.

Cultura

- Criação de um Serviço Público de Cultura através da dotação de 1% do Orçamento do Estado ao respetivo Ministério, com o objetivo de alcançar progressivamente 1% do PIB;

- Combate às falsas soluções contidas no Estatuto do Profissional da Cultura e estabelecimento de mecanismos eficazes de acesso às prestações sociais e a uma carreira contributiva estável para os trabalhadores da cultura;

- Contratação, com vínculo estável, de todos os trabalhadores em falta para os vários organismos públicos da cultura, valorizando as respetivas carreiras;

- Aumento dos apoios públicos às artes, através da DGArtes ou do ICA, adequando os calendários à realidade das diversas formas de expressão artística e cumprindo-os;

- Apoio às iniciativas destinadas à preservação da memória histórica da resistência e da luta contra o fascismo.

Ambiente

- Reforçar os meios e estruturas do Estado como o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- Adoção de uma política de redução de emissões de gases de efeito de estufa (GEE) com base num normativo específico, definido e acompanhado pela ONU;
- Adoção de uma política de recursos hídricos com base numa nova Lei da Água que garanta o acesso à sua utilização, que preserve e aprofunde a sua gestão pública e impeça a sua mercantilização;
- Colocar os passes metropolitano/regional nos 20 euros e os inter-regionais a 40 euros até ao final da legislatura, consolidar a gratuidade para os jovens e estudantes e alargar a gratuidade aos maiores de 65 anos;
- Criação de um sistema de operador público rodoviário nacional que assegure um sistema de oferta rodoviária em todo o país.

Seg. Social

- Aumento imediato das pensões em 7,5%, com mínimo de 70 euros e efeitos retroativos a janeiro em 2024;
- Eliminação do fator de sustentabilidade e reposição da idade legal da reforma nos 65 anos;
- Garantia de acesso à pensão de velhice, sem penalizações, aos trabalhadores que tenham completado 40 anos civis de registo de remunerações;
- Criação de dois novos escalões para as carreiras contributivas: entre os 36 e 40 anos de descontos, fixando um valor 510 euros; com mais de 40 anos de descontos, fixando um valor mínimo equivalente a 109% do IAS
- Prevenção e combate ao trabalho não declarado.

Saúde

- Aumento das remunerações dos profissionais de saúde do SNS promovendo a opção de dedicação exclusiva para os médicos e enfermeiros com a majoração de 50% da sua remuneração base e o acréscimo de 25% na contagem do tempo de serviço;
- Criação de regime específico de reforma antecipada e atribuição de apoio para as despesas com a habitação a profissionais de saúde do SNS;
- Reduzir as transferências para o setor privado a partir do orçamento do SNS, reforçando o seu financiamento e internalizando serviços com utilização total dos recursos existentes;
- Garantir médico e enfermeiro de família a toda a população;
- Criação da carreira de médico dentista no SNS como forma de garantir cuidados de saúde oral acessíveis a toda a população.

Educação

- Recuperação integral do tempo de serviço dos professores no prazo de três anos, tal como proposto pela Fenprof;
- Vinculação de todos os professores com três ou mais anos de serviço;
- Eliminação das quotas de avaliação, das vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões e do período probatório dos professores;
- Eliminação do pagamento de propinas, taxas e emolumentos para todos os graus académicos;
- Alargamento da rede pública de creches com a disponibilização de 100 mil vagas até 2028 e de 148 mil até 2032.

Jovens

- Redução do período experimental e revogação do regime dos contratos de trabalho de muito curta duração, bem como as normas que discriminam os jovens à procura do primeiro emprego;
- Criação de uma rede de espaços públicos para jovens criadores;
- Acesso gratuito a equipamentos e atividades culturais a todos os jovens entre os 12 e os 25 anos;
- Assegurar que a um posto de trabalho permanente corresponda um contrato de trabalho efetivo, evitando o uso abusivo da externalização de serviços, estágios e bolsas de investigação científica;
- Garantir a universalidade do abono de família para crianças e jovens, valorizando os montantes e alargando o número de beneficiários.

Finanças

- Adoção de uma gestão orçamental que favoreça o investimento público com a plena utilização dos saldos orçamentais primários;
- Ultrapassar as baixas taxas de execução dos Orçamentos do Estado, libertando-os dos constrangimentos comunitários e garantindo as contrapartidas nacionais aos fundos comunitários;
- Redução da dívida pública por via do crescimento económico e da promoção do aumento da percentagem de dívida detida por residentes e entidades nacionais, incluindo pequenos aforradores;
- Garantir que a aplicação dos fundos da União Europeia é definida de forma soberana e a nível nacional;
- Criação de condições para que a atração do investimento estrangeiro tenha efeitos positivos no tecido económico nacional, combatendo o investimento reduzido à compra de ativos nacionais.

Economia

- Revogação do Pacto de Estabilidade, da legislação relativa à Governação Económica e ao Semestre Europeu e do Tratado Orçamental, com a substituição por um Pacto pelo Progresso Social e pelo Emprego;
- Modificação profunda das políticas comuns – agrícola, das pescas e comercial – e a criação de cláusulas de salvaguarda, exceção e derrogações que ajustem o estatuto de cada país à sua situação concreta;
- Revogação da União Bancária e a criação de um programa que enquadre a possibilidade de saída negociada do Euro dos países que pretendam recuperar a soberania monetária;
- Colocar a banca comercial sob controlo público assente numa Caixa Geral de Depósitos (com absorção do Banco de Fomento) que assegure a regulação dos fluxos de crédito e de financiamento;
- Nacionalização da EDP, GALP, REN, PT, ANA, TAP e Lusa.

Impostos

- Redução das taxas de IRS para os rendimentos mais baixos e intermédios em três pontos percentuais;
- Criação de um cabaz alargado de bens essenciais taxados a 6%, incluindo a eletricidade, o gás natural, o gás de botija e as telecomunicações;
- Alargamento da isenção do IMI para as famílias de muito baixos rendimentos e com pessoas deficientes;
- Aprofundamento da progressividade do IRC com a criação de um novo escalão com uma taxa de 12,5% para micro, pequenas e médias empresas para rendimento coletável até 15.000€;
- Reversão dos agravamentos fiscais no âmbito da “fiscalidade verde” como a taxa sobre a compra a granel em sacos de plástico ultraleves.

Pessoas–Animais–Natureza (PAN)

O Pessoas–Animais–Natureza (PAN) é um partido político de Portugal. Intitula-se um partido de causas, defensor dos direitos humanos, dos animais e da natureza.



Figura 7 - Inês de Sousa Real

Habitação

- Reduzir IRS dos senhorios que promovam o arrendamento acessível;
- Aprovar um regime de concessão de crédito bonificado à habitação para jovens para jovens dos 18 aos 35 anos;
- Rever o Programa Porta 65 para Habitação acessível para jovens;
- Garantir a dedutibilidade da prestação de crédito à habitação em sede de IRS a todas as famílias;
- Aprovar um regime transitório de isenção de execução de penhora de bens imóveis para a satisfação de garantia real de créditos hipotecários;
- Alargar a oferta de habitação pública a preços acessíveis;
- Reforçar o investimento na reabilitação e construção de habitação pública para arrendamento acessível, pugnando pela mobilização do património imobiliário do Estado e municipal;
- Converter imóveis públicos devolutos em habitação para jovens estudantes.

Imigração

- Garantir que imigrantes em processo de regulamentação pendente se possam inscrever no IIEFP;
- Desburocratização dos processos administrativos para refugiados e imigrantes com vista a aceder ao SNS e Segurança Social;
- Promover programas de acesso à habitação complementares aos programas de acolhimento de refugiados;
- Garantir condições dignas de trabalho para todos os trabalhadores e combater formas de exploração;
- Reforçar a capacidade de ações de inspeção;
- Criar uma bolsa de intérpretes para acompanhar os refugiados e imigrantes nas suas deslocações aos serviços essenciais do Estado.

Trabalho

- Aumentar o Salário Mínimo Nacional (SMN) para 1100 euros até 2028;
- Reforçar os incentivos para conversão de estágios em contratos sem termo;
- Aumentar número de efetivos da Autoridade para as Condições de Trabalho;
- Reforçar os direitos dos trabalhadores em regime de trabalho noturno e por turnos;
- Assegurar a remuneração a 100% do subsídio de doença aos trabalhadores em circunstâncias económicas gravosas;
- Reavaliar quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio no trabalho;
- Promover o teletrabalho;

- Estabelecer o horário semanal de trabalho de 35 horas e o período de férias para 25 dias úteis para todos os trabalhadores;
- Criar um Grupo de Trabalho para a alteração do enquadramento legal das profissões de desgaste rápido.

Justiça

- Tornar a Justiça mais rápida e transparente;
- Regulamentar a atividade da representação legítima de interesses (lobbying);
- Criar um mecanismo de pegada legislativa no plano do Parlamento e do Governo;
- Aprovar uma Estratégia Nacional Anticorrupção 2025-2028;
- Aumentar de três para oito anos o período de nojo para a passagem do exercício de cargos públicos para o sector privado logado com essas funções;
- Assegurar que os titulares de cargos sujeitos a períodos de nojo e incompatibilidades, após o fim do exercício defunções, solicitem autorização à Entidade para a Transparência para exercer funções durante esse período;
- Publicitação obrigatória dos pedidos de escusa por parte de membros do Governo em processos de decisão no âmbito do exercício das respetivas funções.

Política Externa

- Criar o estatuto de refugiado climático;
- Garantir que Portugal reforça o apoio logístico e financeiro à Ucrânia;
- Assegurar que Portugal garanta total apoio à investigação iniciada pelo Procurador do Tribunal Penal Internacional sobre os alegados crimes de guerra cometidos em Israel, em Gaza e na Cisjordânia;
- Reconhecimento do Estado da Palestina;
- Implementação de programas de acolhimento e apoio a estudantes, investigadores e docentes refugiados;
- Celebração de acordos sobre conversão de dívida em financiamento climático, com destaque para os países da CPLP;
- Defender o fim dos paraísos fiscais na UE e reforçar a fiscalização destes espaços fora do espaço europeu.

Cultura

- Assegurar que 1% efetivo do Orçamento do Estado é destinado à Cultura até ao fim da legislatura;
- Aumentar a dotação da DGARTES com vista a assegurar o financiamento dos projetos culturais elegíveis;
- Avançar com um projeto-piloto de Rendimento Básico Incondicional (RBI) com agentes da cultura;

- Criar uma dedução à coleta para as despesas de âmbito cultural, que permita deduzir à coleta do IRS despesas com compra de livros, bilhetes de museus, monumentos ou espetáculos;
- Abolir os espetáculos tauromáquicos;
- Até lá eliminar todos os apoios públicos destinados a atividades tauromáquicas;
- Garantir um fundo para a reconversão de todas as praças de touros em espaços de lazer e/ou cultura;
- Proibir a utilização de animais em eventos e atividades para entretenimento.

Ambiente

- Garantir a neutralidade climática em 2045, tentando antecipar esta meta com garantia de uma transição justa;
- Assegurar que até 2035 toda a eletricidade do país provém de fontes de energia renovável;
- Criar apoios técnicos e financeiros para ajudar os municípios a implementar a Lei de Bases do Clima;
- Introduzir mecanismos de transparência na execução do Plano Nacional do Hidrogénio;
- Aumentar a eficiência e independência energética do edificado público e privado;
- Erradicar a pobreza energética até 2050;
- Eliminar todos os subsídios e apoios públicos aos combustíveis fósseis e transferi-los para energias verdes;
- Promover a soberania energética do país;
- Aprovar uma Estratégia da Defesa Nacional para o Ambiente, Segurança e Alterações Climáticas

Seg. Social

- Rever as regras de atualização das pensões em pagamento através da criação de um novo escalão - entre 2 e 2,5 IAS;
- Integrar na Segurança Social a Caixa de Previdência da Ordem dos Advogados e Solicitadores;
- Atualizar a dedução específica da categoria A (trabalho dependente) e da categoria H (Pensões), fixada em 4104€ para 4915€ em 2024 e pela taxa de inflação nos anos seguintes;
- Alargar o mínimo de existência, valor consagrado em CIRS como não devendo estar sujeito a IRS, a todos os rendimentos;

Saúde

- Aprovação de um regime de dedicação exclusiva voluntária para médicos e enfermeiros;
- Criação de incentivos para a fixação de médicos e enfermeiros em áreas carenciadas;
- Aumento faseado de 30% nos salários dos médicos;
- Atribuição da profissão de risco e de desgaste rápido para os profissionais de saúde que trabalham no SNS;
- Generalizar a Medicina do Trabalho nos centros de saúde e hospitais públicos;
- Contratar profissionais da nutrição para todos os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES);
- Investir na Saúde Digital e nas teleconsultas nos Cuidados de Saúde Primários, nas Consultas Hospitalares e no SNS 24;
- Reforçar a capacitação de todos os profissionais de saúde em saúde preventiva.

Educação

- Aumentar o investimento público em Educação de forma a atingir 6% do PIB no fim da legislatura;
- Rever o modelo de acesso e progressão na carreira dos professores;
- Recuperar progressivamente o tempo integral de serviço congelado dos professores e avaliar a possibilidade de aumentar os vencimentos nos escalões de entrada à profissão;
- Garantir a efetiva autonomia das escolas e a gestão flexível do currículo e rever a organização dos mega-agrupamentos;
- Incluir a temática do bem-estar animal na Disciplina de Educação para a Cidadania;
- Criar uma Rede de Escolas com foco na proteção da natureza e biodiversidade.

Jovens

- Garantir a gratuidade do passe a todos os jovens até aos 25 anos;
- Criar um regime especial de isenção contributiva aplicável aos jovens trabalhadores-estudantes com rendimentos anuais de trabalho não superiores a 14 remunerações mínimas mensais garantidas;
- Alargar o regime do IRS Jovem com vista a durar mais 2 anos e garantir uma redução de imposto de 15% no penúltimo (6.º) ano e de 5% no último (7.º) ano;
- Direito de voto aos 16 anos;
- Reforçar os incentivos para conversão de estágios em contratos sem termo;

- Aumentar significativamente o valor das bolsas atribuídas através dos “estágios profissionais” do IEFP para jovens altamente qualificados;
- Aprovar um regime de concessão de crédito bonificado à habitação para jovens dos 18 aos 35 anos;
- Rever o Programa Porta 65 com vista a aumentar os valores de renda máxima;
- Converter imóveis públicos devolutos em habitação para estudantes universitários;

Finanças

- O PAN não apresenta o cenário macroeconómico, nem o custo total das medidas no seu programa eleitoral;
- Garantir uma gestão das finanças públicas que dê prioridade às pessoas e à sustentabilidade ambiental;
- Ter como meta o déficit zero, numa perspetiva de justiça intergeracional, sem prejuízo de haver situações excecionais;
- Realizar uma consulta pública sobre o futuro da TAP, que não exclua a manutenção de uma participação relevante do Estado na empresa;
- Promover a melhoria no acompanhamento e fiscalização da despesa pública e do desempenho orçamental do Governo no Parlamento;
- Criar mecanismos de participação da Assembleia da República na nomeação dos membros do conselho superior do conselho de finanças públicas;
- Assegurar que qualquer financiamento público da banca, via Fundo de Resolução, tenha de ser aprovado pela AR;
- Garantir que a celebração de qualquer nova PPP tenha de ser obrigatoriamente precedida de um parecer técnico do Conselho de Finanças Públicas, que avalie o respetivo impacto na sustentabilidade de médio e longo prazo das finanças públicas.

Economia

- Apostar numa economia mais verde e circular;
- Criar uma Estratégia Nacional para o armazenamento de energia com vista à eletrificação de veículos rodoviários com elevadas taxas de utilização;
- Criar incentivos ao investimento na sustentabilidade ambiental de empresas, nomeadamente em sede de IRC;
- Cortar os subsídios e apoios públicos aos combustíveis fósseis, transferindo-os para a produção de energias renováveis;
- Promover a soberania energética do país, através da redução do consumo de combustíveis fósseis até à sua eliminação, dando prioridade às energias renováveis e à transição para uma economia de baixo carbono;

- Definir como pilares de democracia económica a igualdade de género e a coesão territorial;

- Criar um fundo nacional de transição justa que permita garantir a reintegração profissional dos trabalhadores atingidos pela crise climática.

Impostos

- Regresso do IVA zero para cabaz dos bens alimentares essenciais com vigência até 30 de setembro;

- Revisão dos limites dos escalões de IRS, atualizando-os para o valor que teriam se desde 2021 tivesse em conta a inflação;

- Defender nos Orçamentos do Estado a atualização de todos os limites dos escalões do IRS pelo exato aumento da inflação do ano anterior;

- Descer o IVA da alimentação para animais de companhia e dos atos médico-veterinários para 6%

- Descer para 6% o IVA da aquisição de componentes e acessórios para bicicletas;

- Reduzir para 6% o IVA dos kits de autoconsumo para fins habitacionais;

- Alargar o IVA de 6% previsto para a reparação de eletrodomésticos por forma a incluir a reparação de aparelhos eletrónicos como computadores, telemóveis ou tablets.

Livre (L)

O Livre (sigla L; oficialmente estilizado como LIVRE) é um partido político português. Os seus princípios fundadores são liberdade, igualdade, solidariedade, socialismo, ecologia e europeísmo. O seu símbolo é a papoila. Foi legalizado pelo Tribunal Constitucional a 19 de março de 2014.



Figura 8 - Rui Tavares

Habitação

- Alcançar 10% de habitação pública, concretizando a aplicação dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência e alocando verbas do Orçamento de Estado, de modo a atingir, a longo prazo, os 600 mil fogos;

- Assegurar a ajuda à compra da primeira casa, financiando até 30% do valor de mercado do imóvel;
- Inventariar e reabilitar o parque imobiliário público direcionando-o para a habitação;
- Efetivar o Fundo de Emergência para a Habitação, para apoiar as pessoas que fiquem sem a sua habitação ou em situação de sem-abrigo;
- Implementar quotas de habitação acessível em empreendimentos urbanísticos de grande dimensão.

Imigração

- Rever o Estatuto do Refugiado e as leis de imigração;
- Promover a criação de centros de formação, de recrutamento e de integração, e de sistemas de incentivo à instalação em zonas de maior declínio demográfico;
- Combater a exploração laboral, garantindo que as e os trabalhadores migrantes têm os mesmos direitos, benefícios e proteção que as e os portugueses;
- Fomentar o envolvimento dos municípios, com a elaboração de planos municipais de acolhimento e integração de migrantes e refugiados;
- Manter os apoios a pessoas deslocadas disponibilizando todo o apoio ao nível da saúde física e mental, assim como às vítimas de violência sexual.

Trabalho

- Subir o salário mínimo nacional para 1150 euros em 2028 e regular as diferenças salariais dentro da mesma entidade;
- Rever as taxas e escalões de IRS, atualizar o valor de referência do mínimo de existência e a dedução específica;
- Combater a precariedade e o abuso pelas entidades empregadoras (reforçar a Autoridade para as Condições do Trabalho, erradicar estágios não remunerados, etc.);
- Continuar a experiência da semana de 4 dias de trabalho e criar um programa piloto com vista à implementação faseada de um Rendimento Básico Incondicional;
- Atingir 30h semanais e 30 dias de férias anuais até 2030, implementando já as 35 horas semanais e 25 dias de férias e planeando progressivamente a redução do tempo de trabalho.

Justiça

- Promover a rapidez e a eficácia da justiça, reforçando meios técnicos e o número de profissionais, e revalorizando as funções de assistência no funcionamento da justiça;
- Garantir o acesso universal à justiça e tornar a justiça mais transparente e descomplicada;

- Unificar as jurisdições comuns (tribunais judiciais) e administrativa e fiscal, incluindo a unificação dos tribunais superiores e conselhos superiores da magistratura;
- Reformar o sistema prisional;
- Descriminalizar a "Ofensa à Honra do Presidente da República".

Política Externa

- Apoiar a Ucrânia na defesa contra a invasão russa;
- Reconhecer a Palestina como Estado independente e com as fronteiras de 1967 definidas pelas Nações Unidas;
- Defender a criação de uma democracia europeia, inspirada no ideal federalista europeu (reforçar poderes do Parlamento Europeu, alargar a UE, etc.);
- Aprofundar a cooperação entre os países de língua oficial portuguesa e no espaço Ibero-Americano, fortalecendo o papel da CPLP como espaço de livre circulação e intercâmbio social, económico e cultural;
- Responder às crises humanitárias (recusar o Novo Pacto de Migração da UE, criar um Passaporte Humanitário Internacional, etc.).

Cultura

- Aumentar e diversificar o financiamento da cultura para 1% do PIB e promover a avaliação do Estatuto dos Profissionais da Cultura;
- Descentralizar a cultura, nomeadamente através da criação de planos estratégicos para a cultura em todos os municípios;
- Descolonizar a cultura, contextualizando a história de Portugal e promovendo, a par com os esforços de catalogação, o estabelecimento da origem do património;
- Definir e operacionalizar estratégias de proteção e promoção da língua mirandesa;
- Deduzir o IVA cobrado na aquisição de livros, produtos e atividades culturais em sede de IRS.

Ambiente

- Declarar a emergência ecológica nacional;
- Fazer cumprir a Lei de Bases do Clima;
- Reivindicar a adesão dos Estados-Membros da União Europeia à Neutralidade Carbónica no máximo em 2040;
- Assumir uma redução de 65% das emissões nacionais de gases com efeito de estufa até 2030;
- Adaptar o país e mitigar o efeito dos fenómenos climáticos extremos, definindo um Plano de Infraestruturas Críticas, mapeando os locais que poderão sofrer maior impacto.

Seg. Social

- Assegurar a sustentabilidade de uma Segurança Social pública inclusiva, reforçando e diversificando o financiamento do sistema;
- Criar um novo estatuto de proteção do trabalho independente pela Segurança Social;
- Rever a fórmula de cálculo das pensões;
- Combater as desigualdades de género nas pensões, nomeadamente através do aumento progressivo dos valores mínimos das pensões não contributivas e das pensões mínimas.

Saúde

- Reforçar e reorganizar o SNS, reforçando os cuidados de Saúde Primários e assegurando o funcionamento integrado, acessível e humanizado das Urgências;
- Valorizar as carreiras profissionais no SNS, revendo remunerações, reformando carreiras e reduzindo a subcontratação através de empresas de trabalho temporário;
- Promover a saúde e prevenir a doença, incluindo a avaliação do impacto na saúde de todas as políticas públicas;
- Humanizar os cuidados de saúde, nomeadamente promovendo um acesso justo e não discriminatório assim como protegendo os Cuidadores Informais;
- Investir na Saúde Mental.

Educação

- Centrar a escola em cada aluno, promovendo a autonomia e flexibilidade curricular e reduzindo o número de alunos por turma;
- Capacitar a Educação Pública, reforçando a dotação orçamental para a Educação, de forma a assegurar recursos, material e profissionais suficientes;
- Garantir a escola pública como uma opção viável desde os 4 meses;
- Dignificar a carreira docente, considerando a contagem integral do tempo de serviço com uma regularização total a dois anos;
- Repensar a realização obrigatória dos exames nacionais no ensino secundário;
- Retirar a Disciplina de Educação Moral e Religiosa do currículo das escolas públicas.

Jovens

- Transformar o 12º ano num ano zero de entrada na universidade e politécnicos;
- Combater a precariedade (erradicar estágios não remunerados e regular o recurso abusivo ao trabalho temporário);

- Fomentar a participação política de grupos habitualmente excluídos, ao garantir a auscultação obrigatória nomeadamente de jovens nos processos decisórios que os afetam;

- Criar um Programa Nacional que permita a jovens vivenciar uma semana numa área geográfica diferente, promovendo a coesão territorial;

- Promover a saúde mental, nomeadamente o desenvolvimento de competências socioemocionais e cognitivas das crianças e jovens nos estabelecimentos de ensino.

Finanças

- O Livre não tem um quadro macroeconómico, nem aponta cenários para dívida e défice do Estado;

- Aumentar as fontes de receitas do Estado e fomentar a redistribuição, nomeadamente com combate à evasão e elisão fiscais e aos offshores;

- Separar a banca comercial da banca de investimento, para que o risco da atividade especulativa não recaia sobre o Estado nem sobre depositantes;

- Garantir que os benefícios fiscais são justos e têm impacto social;

- Trazer o combate às alterações climáticas e a salvaguarda da biodiversidade para todas as negociações orçamentais.

Economia

- Promover um Novo Pacto Verde, um plano estratégico para uma economia diversa, verde e justa;

- Fomentar a economia local, solidária e colaborativa;

- Apoiar o desenvolvimento económico de base social, criando na legislação portuguesa o conceito e reconhecimento de empresa social;

- Criar uma estrutura pública de apoio e fomento à economia social e cooperativismo;

- Assumir, com o destaque necessário, a implementação da Economia Circular.

Impostos

- Reduzir o peso dos impostos sobre os rendimentos do trabalho na receita fiscal total e aumentar a contribuição dos impostos sobre a riqueza e rendimentos capitais;

- Reforçar a tributação do património imobiliário que não se destine a habitação permanente e das grandes fortunas;

- Introdução do imposto sucessório para grandes heranças e grandes doações;

- Criar uma sobretaxa extraordinária progressiva sobre o lucro de empresas nos setores da energia, da banca, seguros, imobiliário, distribuição alimentar e armamento;

- Assegurar a justa tributação das grandes empresas multinacionais.

Webgrafia

- https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei%C3%A7%C3%B5es_legislativas_portuguesas_de_2024
- <https://expresso.pt/politica/eleicoes/legislativas-2024/comparador-de-programas>
- [https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Socialista_\(Portugal\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Socialista_(Portugal))
- [https://pt.wikipedia.org/wiki/Alian%C3%A7a_Democr%C3%A1tica_\(1979%E2%80%931983\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Alian%C3%A7a_Democr%C3%A1tica_(1979%E2%80%931983))
- <https://pt.wikipedia.org/wiki/Chega>
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Iniciativa_Liberal
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Bloco_de_Esquerda
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Coliga%C3%A7%C3%A3o_Democr%C3%A1tica_Unit%C3%A1ria
- <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pessoas%20%80%93Animais%20%80%93Natureza>
- [https://pt.wikipedia.org/wiki/Livre_\(partido_pol%C3%ADtico\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Livre_(partido_pol%C3%ADtico))